

# RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA REALIZADO NA ÁREA DE DISPONIBILIDADES DA EMPRESA ABC – UM ESTUDO DE CASO

Renan da Silva Trintin<sup>1</sup>  
Hamilton Luiz Favero<sup>2</sup>

## RESUMO

Com o elevado número de mudanças na legislação contábil brasileira e a crescente necessidade de informações fidedignas por parte dos *stakeholders*, fica cada vez mais comum as organizações optarem por contratar empresas de auditoria para validarem se seus demonstrativos contábeis e se estes representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da empresa. Com isso a auditoria vem exatamente para estabelecer um parecer quanto a representação da situação financeira e patrimonial da empresa em seus demonstrativos contábeis. Este trabalho é um estudo de caso elaborado durante os meses de Abril à Outubro de 2014, com base nas informações relacionadas à área de Disponibilidades. Utilizou-se dos demonstrativos contábeis da Empresa ABC findos em 31 de Dezembro de 2013, para a execução de uma auditoria contábil com a finalidade de validação das mesmas. Durante o andamento do trabalho foram executados procedimentos de auditoria cabíveis a área citada e foram levantadas as inconsistências. Ao final do trabalho foi elaborado um relatório para a administração da empresa e um parecer de auditoria sobre as informações da área de Disponibilidades da empresa.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o constante crescimento da cultura de investimentos em empresas de capital aberto negociado na bolsa de valores no Brasil, cada vez mais as empresas têm buscado profissionais de auditoria para darem credibilidade a seus demonstrativos.

É sabido que o Brasil, comparado com outros países, não tem uma cultura de investimentos em ações de empresas da bolsa de valores, porém, isso tem mudado nos últimos anos e isso é um dos fatores que vem fazendo aumentar o interesse de algumas empresas em terem seus demonstrativos financeiros auditados. Outro motivo para o crescimento da profissão do auditor se dá pelo

elevado número de mudanças de legislações contábeis que o Brasil vem sofrendo nos últimos anos, com isso o empresário/acionista recorre a auditoria para a validação dos demonstrativos de sua investida para a garantia de segurança do seu patrimônio.

O processo de auditoria visa verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa a partir de técnicas e procedimentos adequados e normatizados.

Em uma instituição sem fins lucrativos existe a obrigação, por parte da direção da mesma, da prestação de contas para com os voluntários que auxiliam no desenvolvimento de suas atividades, com isto o papel da auditoria externa torna-se valioso para servir de garantia aos voluntários quanto a fidedignidade da situação patrimonial da entidade na qual servem.

Com estes motivos, este trabalho teve como objetivo a execução da auditoria contábil para confirmação do saldo de Disponibilidades da Empresa ABC no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e para a execução dos trabalhos, que se dará de Abril de 2014 à Outubro de 2014, foi utilizada a metodologia do estudo de caso, por ser a mais adequada ao objetivo proposto, e algumas definições e referencial teórico levantado no capítulo seguinte.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Como citado anteriormente, para o desenvolvimento do trabalho faz-se necessário o estudo de alguns conceitos que servirão como base e darão suporte para os estudos a serem realizados. Com isto, segue as definições.

### **2.1. NORMAS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Antes de entrarmos nos assuntos referentes as normas de auditoria, devemos nos atentar para a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de Lucro, visto que a empresa estudada tem a finalidade de assistência social e, portanto, não possui fins lucrativos. Esta NBC define os procedimentos para registro e elaboração dos demonstrativos contábeis específicos para estas entidades.

Na execução dos trabalhos dos profissionais da contabilidade deve-se atentar para algumas normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, são as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs). Dentre elas, específicas para o auditor, podemos citar: NBC PA 1 Controle de Qualidade para Firms (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes; NBC PA 11 Revisão Externa de Qualidade pelos Pares; NBC PA 12 Educação Profissional Continuada; NBC PA 13 Exame de Qualificação Técnica; NBC PA 290 Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão e NBC PA 291 Independência – Outros trabalhos de Asseguração.

Como cita Attie (2011, p. 55):

As normas de auditoria diferem dos procedimentos de auditoria, uma vez que eles se relacionam com as ações a serem praticadas, conquanto as normas tratam das medidas de qualidade da execução destas ações e dos objetivos a serem alcançados através dos procedimentos. As normas dizem respeito não apenas às qualidades profissionais do auditor, mas também a sua avaliação pessoal pelo exame efetuado e do relatório emitido.

Portanto as normas de auditoria irão reger, tanto relacionadas a pessoa do auditor quanto as relacionadas a execução do trabalho e as relacionadas ao parecer, a forma como as ações que acontecerão no trabalho de auditoria irão acontecer e o que devem atender.

Podemos separar em 3 grupos as normas relativas aos trabalhos de auditoria, normas relativas à pessoa do auditor, relativas à execução do trabalho e relativas ao parecer. De acordo com Almeida (2010, p.16):

Normas gerais relativas à pessoa do auditor:

- A auditoria deve ser executada por pessoa legalmente habilitada, perante o CRC;
- O auditor deve ser independente em todos os assuntos relacionados com o trabalho;
- O auditor deve aplicar o máximo de cuidado e zelo na realização de seu exame e na exposição de suas conclusões.

Com isso, podemos observar que o auditor deve manter seu registro ativo e habilitado perante ao Conselho Regional de Contabilidade, não deve ter relação alguma com a empresa auditada, nem interesses comerciais ou profissionais e deve ter cuidado na elaboração e exposição de suas opiniões.

Normas relativas à execução do trabalho:

- O trabalho deve ser adequadamente planejado; quando executado por contabilistas-assistentes, estes devem ser convenientemente supervisionados pelo auditor responsável;
- O auditor deve estudar e avaliar o sistema contábil e o controle interno da empresa, como base para determinar a confiança que

neles pode depositar, bem como fixar a natureza, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;

- Os procedimentos de auditoria devem ser estendidos e aprofundados até a obtenção dos elementos comprobatórios necessários para fundamentar o parecer do auditor. (ALMEIDA, 2010, p. 16)

Pode-se entender que, quanto a execução do trabalho de auditoria, o auditor deve planejar seus trabalhos de acordo com a necessidade da empresa auditada e deve avaliar o nível dos controles internos para estimar a que nível de detalhamento deverá atingir para obter informação suficiente para embasar a sua opinião.

Quanto as normas relativas ao parecer, descreve Almeida (2010, p.17):

- O parecer deve esclarecer: (1) se o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas; (2) se as demonstrações contábeis examinadas foram preparadas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade; (3) se os referidos princípios foram aplicados, no exercício examinado, com uniformidade em relação ao exercício anterior;
- Salvo declaração em contrário, entende-se que o auditor considera satisfatórios os elementos contidos nas demonstrações contábeis examinadas e nas exposições informativas constantes das notas que as acompanham;
- O parecer deve expressar a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Quando não se puder expressar opinião sem ressalvas sobre todos os elementos contidos nas demonstrações contábeis e notas informativas, devem ser declaradas as razões que motivaram esse fato. Em todos os casos, o parecer deve conter indicação precisa da natureza do exame e do grau de responsabilidade assumida pelo auditor.

Concluimos assim que no parecer deve estar claro que sua elaboração foi feita em consonâncias com as normas de auditoria e as demonstrações contábeis atendem os princípios contábeis. E, caso o auditor levante algo que não permitir que ele emita sua opinião sem ressalvas, deverá explicar qual distorção provocou a não possibilidade da emissão da mesma.

## 2.2. CONTROLES INTERNOS

Para concluir a respeito da adequação dos saldos contábeis o auditor faz uso do sistema de controle interno das empresas para levantar a fidedignidade da informação registrada na contabilidade.

Segundo Perez Junior (2012, p. 79):

O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados numa empresa para

proteger seus ativos, verificar a exatidão operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Os controles internos são os meios que a empresa utiliza para desenvolver a sua atividade e conseguir zelar pela qualidade das informações geradas por suas operações, bem como a proteção de seus bens e a aderência à suas políticas.

Complementado por Attie (2011, p.191) “a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto”.

Com isso, temos que os controles internos são o meio pelo qual as empresas tentam assegurar a exatidão das operações exercidas internamente e para que as políticas, normas e procedimentos definidos pela diretoria sejam cumpridos. Fica claro que é impossível uma empresa não possuir controles internos, o que existe são empresas com diferentes formas de controles e estes com diferenças em suas qualidades e sua aplicabilidade aos seus respectivos procedimentos.

Dentro de uma empresa o Controle Interno é subdividido em controles que são de característica contábil e controles de característica administrativa.

### **2.2.1. Controles contábeis**

São os controles que sustentarão a informação contábil e garantirão a proteção do patrimônio da empresa como citado por Attie (2011, p. 192) “controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis.”

Controles contábeis servem para o apoio à elaboração dos demonstrativos contábeis, podemos citar Perez Junior (2012, p. 80) que diz que o objetivo do controle contábil “é garantir a qualidade dos registros e demonstrações contábeis”.

Concluimos assim que controles contábeis são os controles implementados pelas organizações para garantirem a qualidade e a veracidade da informação contábil, bem como a proteção ao seu patrimônio.

### 2.2.2. Controles administrativos

São os controles que medem a aderência das políticas adotadas pela alta direção no desempenho das atividades internas da empresa. Quanto a controles internos administrativos cita Attie (2011, p.193) “compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração”.

Os controles administrativos são voltados para as operações internas da empresa, naquilo que ela julga necessário o controle para garantir o bom andamento das mesmas. De acordo com Perez Junior (2012, p. 80), os controles administrativos objetivam-se em “garantir o controle sobre as operações da empresa e a qualidade das informações e documentos a serem processados pelo sistema contábil.”

Com isso entendemos que controles administrativos são a ferramenta que a empresa utiliza para controlar e manter as atividades e operações internas necessárias para o bom andamento da empresa.

### 2.2.3 Objetivos do controle interno

O sistema de controle interno em uma organização possui alguns objetivos para o qual é voltado sua constituição que irão garantir a proteção de seus ativos, a fidedignidade dos relatórios contábeis, a eficácia operacional e disseminação das diretrizes administrativas. Como citam Cook e Winkle (1983, p. 131):

O controle interno é um sistema da empresa, constituído de seu plano de organização, atribuição de deveres e responsabilidades, projeto de contas e relatórios e todas as medidas e métodos empregados 1) para proteger seu ativo, 2) aumentar a exatidão e a fidedignidade dos dados e relatórios contábeis e outros dados operacionais, 3) promover e avaliar a eficácia operacional de todos os aspectos das atividades da empresa e 4) comunicar as diretrizes administrativas e estimular e avaliar a observância das mesmas.

Podemos entender, então, que o controle interno é um conjunto de meios que a empresa utiliza para garantir aquilo que é tido como essencial para seu bom funcionamento.

Como dito por Attie (2011, p. 195) “o objetivo do controle interno relativo à salvaguarda dos interesses refere-se à proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades”.

Dentro de uma empresa estão dispostos seus bens e interesses, estes estão por toda sua instalação física, por este motivo os controles internos tem por objetivo relatar, por exemplo, o que o almoxarifado tem em estoque, quanto foi consumido, quanto foi comprado em determinados períodos, assim como o saldo em tesouraria e suas movimentações.

Cita, ainda, Almeida (2010, p. 46):

A empresa deve estabelecer procedimentos de forma que seus ativos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade. O objetivo desse procedimento é detectar desfalque de bens ou até mesmo registro contábil inadequado.

Entendemos, assim, que a empresa necessita de controles internos que assegurem a situação do seu patrimônio e o proteja de qualquer perda e garanta o adequado registro contábil.

Em uma empresa todos os departamentos necessitam de informações sobre atos e eventos ocorridos em cada um de seus segmentos para o desenvolver de suas atividades. Assim, a empresa precisa constituir um sistema para garantir que estes eventos sejam relatados e se encontrem a disposição de cada departamento em tempo hábil para seu uso.

O objetivo do controle interno relativo à precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais compreende a geração de informações adequadas e oportunas, necessárias gerencialmente para administrar e compreender os eventos realizados na empresa. (ATTIE, 2011, p. 196)

Como exemplo, temos o departamento de vendas que necessita rapidamente da quantidade de produtos disponíveis em estoque e, ainda, eventualmente, pode precisar do que será produzido no próximo período.

Como cita Almeida (2010, p. 47) “o sistema de controle interno deve ser concebido de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência”.

Com o que foi descrito, concluímos que a empresa necessita de informações que possam auxiliar a administração e possibilitem um entendimento da mesma, contudo, esta informação somente terá valor quando for exata, confiável e oportuna e ainda baseada em dados verídicos.

No interior das empresas existem procedimentos definidos para a execução de seus processos, estes procedimentos precisam ser de conhecimento de todos para que possam ser executados de forma eficiente. Com cada indivíduo

conhecendo e entendendo o seu papel na organização, esta conseguirá se mover como um todo.

Se o papel de um funcionário é operar uma determinada máquina ele deve saber sobre o funcionamento da mesma através de treinamentos, caso haja funcionários com falhas pessoais e estas falhas estejam provocando dificuldades e problemas para execução de suas atividades, esta informação tem de ser levada a conhecimento do responsável para a correção destas falhas.

“O objetivo do controle interno relativo a estímulo a eficiência operacional determina prover os meios necessários a condução das tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme.” (ATTIE, 2011, p. 198)

Isso tudo denota o estabelecimento de regras para que a empresa se desenvolva de forma harmônica e possibilite, assim, a eficiência em suas operações. O plano de carreira, os relatórios de desempenho, o custo-padrão e os manuais internos são meios para que a empresa desenvolva o estímulo a eficiência operacional.

A empresa tem de ter uma política definida para que ela como um todo caminhe na direção de seus desejos, alinhando cada pessoa e cada segmento da organização para um crescimento harmônico para o mesmo objetivo.

“O objetivo do controle interno, relativo à aderência as políticas existentes, é assegurar que os desejos da administração, definidos através de suas políticas e indicados por meio de seus procedimentos, sejam adequadamente seguidos pelo pessoal.” (ATTIE, 2011, p. 199)

O funcionário da linha de produção deve executar seu trabalho de maneira que a qualidade, estabelecida na política da empresa, seja assegurada, retirando do processo ou descartando aquele produto que apresentar-se inferior. O vendedor, ao realizar a venda, tem de seguir as políticas de preços e prazos de entrega estabelecidos pela empresa.

Para cumprir com o objetivo da aderência as políticas existentes na execução das atividades utiliza-se de meios como a supervisão, que possibilita imediata correção de desvios e dúvidas durante a execução, o sistema de revisão e aprovação, que indicará no momento da aprovação se a política está sendo seguida, e a auditoria interna, que fará uma comparação do que está sendo realizado com o que foi estabelecido nas políticas da empresa.



### 2.3. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

O planejamento é a etapa inicial de grande relevância que indicará como será realizado o trabalho, como dito por Almeida (2010, p. 126) “planejar significa estabelecer metas para que o serviço de auditoria seja de excelente qualidade e ao menor custo possível”.

Para a ideal realização do trabalho de auditoria se faz necessário a elaboração de um planejamento prévio para estabelecer o que, como, quanto e quando fazer, e quem o fará, podemos mencionar o que cita Attie (2011, p. 324):

Por planejamento deve-se entender uma metodologia de preparação de um serviço, que compreende os objetivos definidos, o roteiro, os métodos, planos e programas a serem observados por etapas e os processos de avaliação de que se atingiram as metas programadas.

O planejamento é entendido como a etapa em que todas as informações relevantes à execução do trabalho de auditoria são levantadas, as especificidades da empresa em que o trabalho será realizado e os pontos mais relevantes. De acordo com Perez Junior (2012, p. 48) o planejamento “[...] deve ser desenvolvido de acordo com uma metodologia definida pela empresa de auditoria levando em consideração as características da empresa auditada e os objetivos do trabalho”.

Com isso, conclui-se que o planejamento é a mais importante etapa do trabalho de auditoria, pois servirá como o guia para a execução dos trabalhos e orientará o auditor quanto as especificidades encontradas na empresa auditada.

### 2.4. PROGRAMA DE TRABALHO

As firmas de auditoria costumam preparar programas de trabalho para manter uma padronização na realização dos trabalhos de auditoria. Como citado por Almeida (2010, p. 68):

Os principais objetivos dos programas de auditoria são:

- Estabelecer por escrito a política da firma de auditoria;
- Padronizar os procedimentos de auditoria dos profissionais de uma mesma organização;
- Evitar que sejam omitidos procedimentos importantes de auditoria;
- Melhorar a qualidade dos serviços de auditoria.

Com isso percebemos que o programa de trabalho é um plano utilizado pelas equipes de auditoria para documentar e padronizar a execução dos trabalhos,

para assegurar que todos os procedimentos sejam cumpridos em suas respectivas áreas e que possuam ordem de execução.

De acordo com Attie (2011, p. 254):

O programa de trabalho corresponde ao plano de ação voltado;

a) no plano vertical, a orientar a execução dos trabalhos de auditoria com as seguintes subdivisões:

- objetivo de auditoria;
- determinação da abrangência do trabalho;
- procedimentos de auditoria.

b) no plano horizontal, a controlar e indicar os trabalhos de auditoria realizados, com as seguintes subdivisões:

- tempo estimado;
- referência;
- indicação dos exames.

Concluimos assim, que o programa de trabalho é o instrumento que irá nortear as execuções dos trabalhos de auditoria e garantirá que todos os devidos procedimentos sejam realizados em suas áreas.

## 2.5. PAPÉIS DE TRABALHO

Os papéis de trabalho são os registros gerados pelo auditor a partir da execução de seus trabalhos onde contêm aquilo que ele observou, testou e comprovou das demonstrações contábeis. É nos papéis de trabalho que ele registra tudo o que ele gerou a partir do seu trabalho de auditoria.

“Os papéis de trabalho formam o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações” (ATTIE, 2011, p. 235).

Os papéis de trabalho irão compor a documentação que servirá de base para a construção da opinião do auditor a respeito da situação das demonstrações contábeis da entidade auditada.

De acordo com a Norma NBC TA 230:

A documentação de auditoria, que atende às exigências desta Norma e às exigências específicas de documentação de outras normas de auditoria relevantes, fornece:

- (a) evidência da base do auditor para uma conclusão quanto ao cumprimento do objetivo global do auditor (NBC TA 200); e
- (b) evidência de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Concluimos assim que os papéis de trabalho, ou documentação de auditoria, são os documentos que irão conter toda a informação que será usada para formar a

opinião que irá no parecer de auditoria, bem como o registros dos procedimentos adotados pelo auditor.

## 2.6. RELATÓRIO E PARECER

O Parecer de Auditoria é o instrumento pelo qual o auditor irá expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis examinadas, como citado por Cook e Winkle (1983, p. 107):

O relatório do auditor é a expressão do parecer profissional ou da falta de parecer sobre as demonstrações financeiras do cliente. Enquanto as demonstrações financeiras, propriamente ditas, são representações da administração, o relatório do auditor, muitas vezes considerado como o parecer ou atestado do auditor, é exclusivamente de responsabilidade deste.

Pode-se entender que o parecer é a expressão da opinião do auditor resultante de todos os procedimentos desenvolvidos por ele durante o trabalho de auditoria, relata a sua posição quanto a situação econômica e financeira elaborada pela administração da empresa. Complementa Attie (2011, p. 93):

A emissão do parecer reflete o entendimento do auditor acerca dos dados em exame, de uma forma padrão e resumida que dê, aos leitores, em geral, uma noção exata dos trabalhos que realizou e o que concluiu.

O parecer segue um padrão de estrutura que, de acordo com a Resolução CFC nº 1.231/09, contém quatro parágrafos. O primeiro parágrafo é o parágrafo introdutório, o segundo é o da responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis, o terceiro é o parágrafo da responsabilidade do auditor e o quarto parágrafo contempla a opinião do auditor a respeito das demonstrações auditadas.

Esse padrão contempla o Parecer com opinião não modificada ou sem modificações, conhecido como parecer limpo, podemos ainda ter o Parecer com ressalva, Parecer adverso e o Parecer com abstenção de opinião.

### 2.6.1 Parecer Limpo

Este é o parecer em que o auditor acredita que as demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da entidade.

De acordo com Attie (2011, p.95):

Opinião não modificada ou sem modificações é a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Este é o parecer considerado o ideal, onde as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação pertinente, é o parecer idealizado pelas empresas. Como citado por Perez Junior (2012, p. 164), parecer com opinião não modificada “é emitido quando o auditor aplicou todos os procedimentos de auditoria na extensão que julgou necessário e não encontrou qualquer fato que pudesse influenciar a opinião emitida”.

Com isto, concluímos que este é o parecer em que o trabalho de auditoria confirma que aquilo que foi elaborado pela contabilidade encontra-se de acordo com as normas aplicáveis e representa sua situação financeira e patrimonial.

### **2.6.2 Parecer com ressalva**

Este é o parecer que o auditor inclui um parágrafo antes do parágrafo de sua opinião para descrever as distorções encontradas que servirão como base para a sua opinião. O auditor deve, de acordo com Attie (2011, p. 104), emitir um parecer com ressalva quando:

- a) ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluiu que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou
- b) ele não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar a opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizadas.

A ressalva significa que o auditor encontrou alguma distorção no que foi apresentado pela administração, porém esta distorção não afetaria a utilização da mesma pelo usuário e não distorce as demonstrações como um todo.

De acordo com Cook e Winkle (1983, p. 110) “chama-se parecer com ressalvas aquele que declara que as demonstrações tomadas em conjunto, salvo certas restrições, são apresentações fidedignas”.

Portanto, quanto o auditor levanta distorções relevantes nas demonstrações contábeis, porém estas não são generalizadas e não abrangem todas as

demonstrações, ele expressa uma ressalva em seu parecer para demonstrar os pontos que merecem atenção.

### **2.6.3 Parecer adverso**

Quando o auditor levanta divergências relevantes e que distorcem de forma generalizada as demonstrações contábeis, ele deve emitir um parecer adverso.

Como citado por Attie (2011, p. 110):

O auditor deve expressar uma opinião adversa quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

Sempre que o auditor, após aplicado seus procedimentos, detectar que as distorções encontradas fazem com que as demonstrações contábeis não representem a real situação financeira e patrimonial da empresa ele deve expressar opinião adversa, como colocado por Perez Junior (2012, p. 172):

O relatório com opinião adversa é emitido quando o auditor aplicou todos os procedimentos de auditoria na extensão que julgou necessário e encontrou alguma (s) discordância (s) de práticas contábeis que afetaram as demonstrações contábeis e desqualificaram o conjunto, o qual deixou de representar a situação patrimonial e financeira da empresa.

Com isso, conclui-se que quando as divergências relevantes encontradas puderem prejudicar a informação contábil, podendo levar o usuário da informação a tomar uma decisão equivocada, o auditor deve emitir sua opinião adversa as demonstrações contábeis.

### **2.6.4 Parecer com abstenção de opinião**

Sempre que o auditor não conseguir obter evidências suficientes para suportar sua opinião e perceber que estas informações poderiam provocar distorções relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis, ele deve abster-se de dar opinião.

De acordo com Attie (2011, p. 113):

O auditor deve abster-se de expressar opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.

O auditor deve abster-se de opinião sempre que tiver dificuldades para conseguir evidências que poderiam afetar significativamente as demonstrações contábeis, como descreve Perez Junior (2012, p. 175):

O relatório com abstenção é emitido quando o auditor não aplicou todos os procedimentos de auditoria na extensão que julgou necessário e não conseguiu formar opinião sobre algum item das demonstrações contábeis e, devido à relevância dos mesmos, não conseguiu formar opinião sobre o conjunto das demonstrações contábeis e, portanto, não emitirá qualquer opinião.

Portanto, quando o auditor não consegue informações suficientes para a boa execução do trabalho e percebe que, aquilo que não foi levantado por ele, pode provocar distorções relevantes e que distorceriam as demonstrações contábeis a ponto de provocar uma imagem errada da situação da empresa, ele deve abster-se de expressar sua opinião.

## 2.7. AUDITORIA DE DISPONIBILIDADES

### 2.7.1. Introdução

O grupo Disponibilidades do Balanço Patrimonial é composto por recursos da entidade representados por caixa e equivalentes de caixa e possuem liquidez imediata.

A auditoria de disponível, segundo Attie (2011, p. 349), tem por finalidade:

- a) determinar sua existência, que poderá estar na empresa, em bancos ou com terceiros;
- b) determinar se é pertencente à empresa;
- c) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade;
- d) determinar a existência de restrições de uso ou de vinculações em garantia; e
- e) determinar se está corretamente classificado no balanço patrimonial e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

Devido à dificuldade para exercer pleno controle sobre as contas de caixa e os grandes riscos a elas envolvidos, os objetivos da auditoria para este grupo tendem a ser mais detalhados e extensos. Complementado por Cook e Winkle (1983, p. 294) são objetivos: “a verificação da existência, da propriedade, da exatidão dos valores, a descoberta de eventuais restrições e a determinação de apresentação fidedigna nas demonstrações financeiras”.

Para garantir a obtenção destes objetivos citados a auditoria usa de alguns procedimentos aplicáveis a esta área, que serão descritos em seguida.

### **2.7.2. Principais Procedimentos de Auditoria aplicáveis à área de Disponibilidades**

Para a auditoria da área de disponibilidades podemos citar alguns procedimentos que podem ser usados para a execução desta, como: Exame Físico, com a contagem de caixa ou fundo fixo; Confirmação, com a confirmação das aplicações financeiras; Documentos Originais, com o exame documental dos cheques pagos ou o exame dos contratos; Cálculos, com soma do razão auxiliar de bancos; Escrituração, com o exame da conta de razão de caixa; Investigação, com um exame detalhado de aplicações financeiras adquiridas ou resgatadas; Inquérito, com a explicação para a documentação examinada; Registros Auxiliares, com um exame do registro de recebimentos e de pagamentos; Correlação, com o relacionamento de recebimentos com as contas a receber; e Observação, quanto a manutenção de volume alto de contas não movimentadas (ATTIE, 2011), dentre outros.

Quanto aos procedimentos de auditoria voltados para a área de Disponibilidades Almeida (2010, p. 143) cita que:

Os testes de auditoria são dirigidos para a superavaliação e o principal objetivo é verificar a existência do ativo. A melhor forma de se certificar de que os recursos em caixa existem é contá-los fisicamente. Á para as contas correntes bancárias esse procedimento não pode ser executado. Obter uma carta do banco confirmando o saldo dessas contas é a forma normalmente utilizada.

Podemos concluir que a área de Disponibilidades possui suas especificidades e, por isso, possui procedimentos específicos de auditoria. E ainda trata-se de uma área que, por possuir liquidez imediata, está mais sujeita a utilizações fora de controle. Contudo é uma área com extrema objetividade em seus saldos, não depende de históricos, avaliações ou probabilidades para constituir seus valores.

## 2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico construído com base nas ideias de diversos autores, serviu de base para a elaboração do trabalho prático de auditoria e as conclusões a que se chegou com esse estudo. O que segue é o tópico 3 que trata exatamente do trabalho de campo a que nos referimos.

## 3. O CASO ESTUDADO

### 3.1. INTRODUÇÃO

Com base no referencial teórico e somado as informações contábeis da instituição disponibilizadas, o trabalho de auditoria das demonstrações contábeis foi executado atendendo os procedimentos e normas previstas na legislação pertinente para a validação das informações fornecidas.

Desta forma, a auditoria conseguiu subsídios para a elaboração dos procedimentos exigidos para poder emitir o relatório e o parecer sobre as demonstrações contábeis findos do exercício de 31 de Dezembro de 2013.

Durante o processo de auditoria seguiu-se os procedimentos ditados pelas normas de auditoria com enfoque na estruturação para os seguintes pontos:

- a) Avaliação do sistema de controle interno;
- b) Planejamento dos trabalhos;
- c) Programa de trabalho;
- d) Papéis de trabalho;
- e) Relatório; e
- f) Parecer.

Em seguida, a apresentação do trabalho de acordo com a ordem lógica acima enumerada.

### 3.2. CONTROLE INTERNO

Para a realização da avaliação do sistema de controles internos voltado para a área de disponibilidades da instituição foi utilizado um questionário, segregado em



quatro grupos, chamado de Ciclo de Tesouraria, onde foram levantadas as informações pertinentes a estes controles, como segue:

#### A Informações básicas sobre o Ciclo de Caixa

	Comentários
<p><u>A1 Gerenciamento de caixa</u></p> <p>a) uso de fluxos de caixa, previsões e orçamentos (revisão de premissas, etc);</p> <p>b) contas de depósitos temporários (recursos para projetos específicos);</p> <p>c) quantidade e origem dos títulos de aplicações de curto prazo são regularmente monitorados?</p>	<p>Não existe controle para uso de fluxos de caixa, previsões e orçamentos. Conforme dito pela Sra. Marta, os controles estão sendo implantados gradativamente em 2014.</p> <p>Os recursos para projetos específicos são depositados em contas correntes dos próprios para posterior destinação da aplicação dos projetos.</p> <p>São apenas aplicados conforme disponibilidade do saldo nas contas correntes, mas os mesmos não são regularmente monitorados, apenas há a verificação dos saldos em contas de aplicação.</p>
<p><u>A2 Exposição de risco cambial com moedas estrangeiras</u></p> <p>a) há moedas estrangeiras em tesouraria;</p> <p>b) políticas de proteção contra riscos cambiais.</p>	<p>Não.</p> <p>Não se aplica.</p>
<p><u>A3 Posses de caixa</u></p> <p>a) valor aproximado;</p> <p>b) localização;</p> <p>c) revisão da propriedade e destinação.</p>	<p>Não pode assegurar que existia o valor aproximado em caixa em 31/12/2013, pois não há controles sobre os saldos diários, apenas o fechamento é concluído na sede, consolidando os caixas das extensões de receita da Entidade.</p> <p>O caixa da Entidade, fica localizado na sala da Gerente Executiva, mantidos em cofre.</p> <p>Existem caixas em unidades de venda como bazar beneficente, loja do shopping, sede da Entidade, mas diariamente ou semanalmente fecham-se os caixas consolidando-os na sede.</p>

## B Autorização para as transações

B1 Descreva o sistema para saques em caixa eletrônico, desconto de cheques ou retirada de dinheiro do caixa. Observe e anote quem executa cada etapa relevante.

R.: A funcionária Emile, é responsável pelo financeiro da Entidade e consequentemente pelo caixa, onde executa todas as operações independente de autorização de superior. A retirada de dinheiro do caixa é feita pela Gerente Executiva (Marta), pela Emile e também pela Janaína.

B2 Existem controles para assegurar que são feitos pagamentos apenas para transações autorizadas? Sim/Não. Explique.

R.: Não. A funcionária Emile possui autonomia para realizar as transações necessárias.

B3 Existem controles para assegurar que todas as contas a receber são recebidas e registradas? Sim/Não. Explique.

R.: Não. Como exemplo, os recebimentos de marketing são controlados por meio de papel simples anotado à caneta por quem recebe. Em se tratando de recebimentos da loja do shopping, são confirmados os recebimentos em períodos alternados e não definidos pela Gerente Executiva.

## C Responsabilidade pelos saldos registrados

C1 Existem controles para assegurar que todas as transações são autorizadas e lançadas nas contas contábeis adequadas? Sim/Não. Explique.

R.: Não. Não existe uma conciliação entre os saldos registrados na contabilidade e os controles registrados pela Entidade.

C2 Por que existem tantas contas correntes ativas na Entidade? Por que o montante em contas de bancos conta movimento é tão alto? Compensa deixar o dinheiro “parado”?

R.: Porque existem contas como do Bazar da Receita Federal que ocorreu em dezembro, portanto não houve tempo para ser destinado. Já as contas de administração são mantidas com movimento alto, pois a Entidade entra em férias coletiva na virada do ano e precisa ter recursos para manter as despesas fixas.

D Segurança sobre os saldos de Disponibilidades

D1 Descreva como a posse e a guarda de recursos de caixa são mantidos em segurança.

R.: São guardados em cofre, onde Emile, Janaína e Marta possuem acesso. Não existe rotina para guarda de dinheiro e movimentação do conteúdo do cofre.

D2 Existem controles para assegurar a segurança física das disponibilidades de caixa? Sim/Não. Explique.

R.: Não. Como as três pessoas possuem livre acesso ao cofre, não é realizada a verificação da segurança física das disponibilidades em caixa.

D3 Como podemos assegurar que os saldos de disponibilidades existem? Explique.

R.: Não podemos, pois a Entidade não possuía até o período analisado o controle sobre os saldos em caixa.

Com este questionário foi possível levantar todos os aspectos relevantes à respeito das Disponibilidades da entidade, bem como suas especificidades e o funcionamento de seus controles internos, suas operações e responsáveis por estes saldos.

### 3.3. PLANEJAMENTO E PROGRAMA DOS TRABALHOS

MAPS REF.	OBJ.	PROCEDIMENTOS
<b>CAIXA</b>		
	AD	Componha a saldo por conta e por mês, explique a natureza de cada conta e os motivos de variações significativas
	EX	Confronte o saldo contábil com relatório auxiliar existente (livro caixa, planilha de movimentação, etc.) em 31.12.13
	EX VC	Selecione as 2 maiores entradas e saídas de cada mês e corrobore com documento suporte (NF para saídas de recursos e extrato bancário ou contratos para entradas de recursos)
	AV	Avalie quem está autorizado a movimentar recursos do caixa e evidenciar esta autorização através de algum documento formal (se não houver, redigir ponto de controle)
<b>CONTA CORRENTE</b>		
	AD	Componha a saldo por conta corrente e por mês, explique que tipo de recursos são movimentados em cada uma e os motivos das variações significativas
	EX CO VC	Confronte saldos contábeis com os extratos bancários em 31.12.13
	CO	Teste de liquidação subsequente: Inspeção a compensação de cheques emitidos em dezembro/13 nos meses seguintes (janeiro/14).
	AV	Verifique se há contas bancárias sem movimento a longa data.
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
	AD	Componha a saldo por instituição financeira, por tipo de aplicação (CDB, fundos, TC, etc.), taxas de rentabilidade anuais ou mensais e vencimentos se houver) e explique os motivos das variações significativas
	AV EX	Confronte os saldos contábeis com os extratos bancários em 31.12.13

### 3.4. PAPÉIS DE TRABALHO

Para realização do trabalho foram utilizados os seguintes papéis de trabalho.

## Balanço de trabalho (BT):

Céd.	Descrição	Saldo em 31/12/12	AH	Saldo em 31/12/13
	<b>ATIVO</b>			
<b>A</b>	Disponibilidades	21.727,24	440%	117.415,14
<b>B</b>	Créditos	23.915,29	-50%	11.961,94
<b>C</b>	Impostos a recuperar	1.131,64	-98%	23,36
<b>D</b>	Aplicações Financeiras	142.897,54	63%	233.253,78
<b>E</b>	Estoques	12.677,84	98%	25.139,36
<b>F</b>	Imobilizado	566.776,22	-10%	510.798,98
<b>G</b>	Diferido	4.311,26	0%	4.311,26
	<b>Total</b>	<b>773.437,03</b>	<b>17%</b>	<b>902.903,82</b>
	<b>PASSIVO</b>			
<b>AA</b>	Fornecedores	-	0%	2.655,10
<b>BB</b>	Empréstimos	87,03	-100%	-
<b>CC</b>	Obrigações sociais	20.218,43	-21%	15.875,51
<b>DD</b>	Obrigações Tributárias	452,87	112%	958,16
<b>EE</b>	Obrigações Diversas	170.679,82	47%	250.110,75
<b>FF</b>	Outras	36.956,59	-100%	-
<b>GG</b>	Patrimônio Social	545.042,29	16%	633.304,30
	<b>Total</b>	<b>773.437,03</b>	<b>17%</b>	<b>902.903,82</b>

## Cédula A:

**Cliente:** Empresa ABC  
**Área:** Disponibilidades  
 Composição de  
**Assunto:** saldos

**Exercício:** 2013

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/12	AH	Saldo em 31/12/13	Ref	Final em 31/12/13
<b>1.1.01.01</b>	Caixa	3.307,06	165%	8.769,96	<b>a</b>	
<b>1.1.01.02</b>	Bancos	18.420,18	493%	109.201,54	<b>A1</b>	
<b>a</b>	Os saldos em caixa não podem ser confirmados pois não existiam controles sobre esta conta, os recursos movimentados são basicamente recebimentos de cartões de crédito.					

## Cédula A1:

Cliente: Empresa ABC  
 Área: Bancos  
 Assunto: Composição, conciliação e revisão analítica

Conta	Descrição	31/12/12	AV	AH	31/01/13	AV	AH	28/02/13	AV	AH	31/03/13	AV	AH	30/04/13	AV	AH
1.1.01.02.001.0001	Banco do Brasil S/A - c/c 167478-1 ADM	3.661,70	20%	-80%	733,05	6%	-99%	6,24	0%	15354%	964,34	4%	353%	4.372,28	21%	-16%
1.1.01.02.001.0002	Banco do Brasil c/c 61540-4 Subvenção	624,75	3%	-100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	2.405,19	12%	-92%
1.1.01.02.001.0003	Caixa Econ.Federal c/c 1132-7 -Administração	4.797,48	26%	-23%	3.670,25	30%	-89%	402,94	14%	467%	2.283,82	9%	-37%	1.442,84	7%	77%
1.1.01.02.001.0004	Caixa Econ.Federal c/c 2535-2 Mc Dia Feliz 2010	646,08	4%	-93%	45,07	0%	-45%	24,77	1%	-82%	4,47	0%	0%	4,47	0%	-100%
1.1.01.02.001.0006	Caixa Econ.Federal c/c 2865-3 Mc Dia Feliz 2011	1.445,11	8%	72%	2.490,75	20%	-97%	66,49	2%	21%	80,78	0%	492%	477,88	2%	-48%
1.1.01.02.001.0007	Caixa Econ. Federal -c/c3282-0 Mc Dia Feliz 2011	1.217,06	7%	-4%	1.174,09	9%	-114%	(164,37)	-6%	-121%	35,04	0%	5%	36,68	0%	1%
1.1.01.02.001.0008	Caixa Econ.Federal c/c 2976-5 Câmara Municipal	0,28	0%	889454%	2.490,75	20%	-100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.01.02.001.0010	Banco Sicoob c/c 61918-3 Telemarketing	5.912,73	32%	-72%	1.672,83	14%	48%	2.477,34	85%	6%	2.620,45	10%	64%	4.289,77	21%	33%
1.1.01.02.001.0011	Banco Sicoob c/c 110396-Chácolate	106,97	1%	-17%	88,97	1%	-20%	70,97	2%	15601%	11.142,97	43%	-29%	7.948,73	38%	-100%
1.1.01.02.001.0012	Banco Sicoob c/c 26099-1 Mc Dia Feliz 2012	8,02	0%	-94%	0,52	0%	8929%	46,95	2%	-98%	0,95	0%	0%	0,95	0%	42632%
1.1.01.02.001.0014	Banco Sicoob -c/c 30676-2	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	9.023,88	34%	101%	(123,46)	-1%	104%
1.1.01.02.001.0015	Banco Sicoob -c/c 14655-2	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.01.02.001.0016	Sicoob -c/c 33050-7-Mc Dia Feliz 2013	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.01.02.001.0017	Banco Sicoob- c/c 37504-7-Bazar Rec.Federal	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%

31/05/13	AV	AH	30/06/13	AV	AH	31/07/13	AV	AH	31/08/13	AV	AH	30/09/13	AV	AH	31/10/13	AV	AH	30/11/13	AV	AH	31/12/13	Ref.
3.673,98	29%	-98%	66,07	0%	816%	604,97	2%	883%	5.944,09	10%	9%	6.467,66	15%	194%	18.985,27	56%	-9%	17.365,40	46%	-94%	1.112,88	a
197,60	2%	-100%	-	0%	0%	28,10	0%	100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	(2.118,15)	-6%	-100%	-	b
2.558,47	20%	130%	5.881,01	34%	149%	14.641,32	55%	-18%	12.003,16	21%	-37%	7.584,59	17%	-17%	6.318,12	19%	23%	7.752,70	21%	555%	50.743,58	c
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	d
248,90	2%	-20%	200,10	1%	-10%	179,80	1%	-86%	25,50	0%	268%	93,86	0%	-83%	15,80	0%	9732%	1.553,51	4%	-99%	12,53	d
37,21	0%	-77%	8,71	0%	-100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	d
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	Ⓜ
5.696,85	45%	2%	5.794,58	34%	-41%	3.432,28	13%	71%	5.852,59	10%	-21%	4.594,82	11%	51%	6.917,63	20%	-5%	6.586,52	18%	-23%	5.076,62	e
30,73	0%	6499%	2.027,88	12%	-94%	113,70	0%	-16%	95,70	0%	-19%	77,70	0%	264%	282,45	1%	1951%	5.791,98	15%	-55%	2.611,73	f
405,95	3%	505%	2.457,21	14%	-40%	1.482,14	6%	-82%	273,57	0%	-91%	24,95	0%	4865%	1.238,79	4%	-96%	46,95	0%	144%	114,72	g
(252,06)	-2%	-90%	(24,51)	0%	1701%	392,34	1%	101%	(3,51)	0%	-96%	(0,13)	0%	-100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	a
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	0,09	0%	0%	0,09	0%	0%	0,09	0%	0%	0,09	a
-	0%	0%	732,00	4%	695%	5.819,01	22%	475%	33.441,71	58%	-26%	24.857,90	57%	-100%	-	0%	0%	408,39	1%	1220%	5.390,39	d
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	44.139,00	h

## NOTA GERAL

Os saldos negativos em algumas contas, foram avaliados e redigidos pontos de controle para destinação correta. Existem contas sem movimentação ou com inatividade a longa data.

## CONCILIAÇÃO

- ✂ Saldos conforme relatório de Balancete de 2013 gerado pelo sistema Cordilheira, confirmados com seus respectivos extratos



## REVISÃO ANALÍTICA

- a. Nesta conta são movimentados as despesas usuais da Entidade, trata-se de uma conta administrativa.
- b. São movimentados subvenções recebidas pelo convênio com a Câmara Municipal. Existem aplicações e resgates na Conta Aplicação BB c/c 61540-4 - Subvenção. Existem despesas inerentes à funcionária Erika Vasconcelos Barbosa.
- c. Assim como na conta BB 167478-1, refere-se à uma conta administrativa, contém também aplicações e resgates em conta de aplicação financeira.
- d. As contas com movimentação do McDia Feliz, são mantidas para movimentação dos recursos recebidos com destinação para os respectivos projetos. Contém também aplicações e resgates em suas próprias aplicações.
- e. Há pagamentos de cheques contra a conta caixa e algumas despesas pequenas da Entidade. Há também recebimentos com a venda através do telemarketing.
- f. São movimentados recursos recebidos do Chácolate contendo aplicações, resgates na conta de aplicação financeira inerente.
- g. Mesmo tratamento recebe esta conta como as demais do McDia Feliz, porém há alguns pagamentos de férias e 13º. Salários de funcionários.
- h. Conta mantida para recebimento dos recursos oriundos de doação pelo Bazar da Receita Federal.

## Cédula D:

Cliente: Empresa ABC  
 Área: Aplicações Financeiras  
 Assunto: Composição de saldos

Exercício: 2013

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/12	AH	Saldo em 31/12/13	Ref	Final em 31/12/13
<b>1.1.13</b>	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	142.897,54	63%	233.253,78	<b>D1</b>	
<b>1.1.13.01</b>	INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	142.897,54	63%	233.253,78		
<b>1.1.13.01.001</b>	INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	142.897,54	63%	233.253,78		
<b>1.1.13.01.001.0001</b>	Aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 26099-1	102.110,47	-52%	48.917,57		
<b>1.1.13.01.001.0002</b>	Aplicação Sicoob c/c 11039-6	28,50	100%	0,00		
<b>1.1.13.01.001.0003</b>	Aplicação CEF c/c 2535-2 Mc Dia Feliz 2010	39.121,23	6%	41.614,50		
<b>1.1.13.01.001.0004</b>	Aplicação CEF c/c 3282-0 Mc Dia Feliz 2011	1.637,33	100%	0,00		
<b>1.1.13.01.001.0005</b>	Aplicação CEF c/c 2976-5 Câmara Municipal	0,01	0%	0,01		
<b>1.1.13.01.001.0006</b>	Aplicação CEF c/c 2865-3(Fundo) Dia Feliz 2011	0,00	0%	16.368,86		
<b>1.1.13.01.001.0007</b>	Aplicação CEF c/c 1132-7	0,00	0%	0,00		
<b>1.1.13.01.001.0008</b>	Aplicação BB c/c 61540-4 - Subvenção	0,00	0%	1.367,40		
<b>1.1.13.01.001.0009</b>	Aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 30676-2	0,00	0%	0,00		
<b>1.1.13.01.001.0010</b>	Aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 33050-7 2013	0,00	0%	124.985,44		
<b>1.1.13.01.001.0011</b>	Aplicação Sicoob RDC - Longo CDI 61918-3 - Telecomunicações	0,00	0%	0,00		

## Cédula D1:

Cliente: Empresa ABC  
 Área: INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS  
 Assunto: Composição, conciliação e revisão analítica

Conta	Descrição	31/12/12	AV	AH	31/01/13	AV	AH	28/02/13	AV	AH	31/03/13	AV	AH
1.1.13.01.001.0001	Aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 26099-1	102.110,47	71%	2%	103.644,47	72%	2%	105.715,87	64%	-8%	96.957,95	63%	6%
1.1.13.01.001.0002	Aplicação Sicoob c/c 11039-6	28,50	0%	0%	28,50	0%	0%	28,50	0%	0%	28,50	0%	32355%
1.1.13.01.001.0003	Aplicação CEF c/c 2535-2 Mc Dia Feliz 2010	39.121,23	27%	0%	39.025,04	27%	0%	39.193,37	24%	0%	39.383,56	26%	1%
1.1.13.01.001.0004	Aplicação CEF c/c 3282-0 Mc Dia Feliz 2011	1.637,33	1%	-18%	1.344,82	1%	0%	1.349,99	1%	-33%	904,49	1%	-49%
1.1.13.01.001.0005	Aplicação CEF c/c 2976-5 Câmara Municipal	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%
1.1.13.01.001.0006	Aplicação CEF c/c 2865-3(Fundo) Dia Feliz 2011	-	0%	0%	-	0%	0%	17.961,67	11%	-10%	16.235,70	11%	16%
1.1.13.01.001.0007	Aplicação CEF c/c 1132-7	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.13.01.001.0008	Aplicação BB c/c 61540-4 - Subvenção	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.13.01.001.0009	Aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 30676-2	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.13.01.001.0010	Aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 33050-7 2013	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
1.1.13.01.001.0011	Aplicação Sicoob RDC - Longo CDI 61918-3 - Telecomunicações	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%

30/04/13	AV	AH	31/05/13	AV	AH	30/06/13	AV	AH	31/07/13	AV	AH	31/08/13	AV	AH	30/09/13	AV	AH	31/10/13	AV	AH
102.809,95	58%	-1%	102.135,19	56%	-9%	93.268,71	56%	-6%	87.507,72	59%	-6%	82.251,76	56%	-9%	74.795,80	51%	-10%	67.107,10	46%	-8%
9.249,58	5%	85%	17.149,58	9%	24%	13.099,58	8%	100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	523,00	0%	100%
39.593,32	22%	1%	39.799,00	22%	1%	40.010,96	24%	1%	40.259,83	27%	1%	40.502,78	28%	1%	40.758,97	28%	1%	41.053,53	28%	1%
458,14	0%	54%	209,64	0%	1%	210,70	0%	100%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%	0,01	0%	0%
18.812,99	11%	-5%	17.898,98	10%	1%	17.989,74	11%	1%	18.094,78	12%	-1%	17.844,35	12%	-1%	17.670,05	12%	-6%	16.580,12	11%	-5%
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%
-	0%	0%	-	0%	0%	99,08	0%	-50%	49,24	0%	7231%	3.609,72	2%	-60%	1.450,49	1%	-41%	851,20	1%	218%

5.560,96	3%	-	18%	4.538,58	2%	-	53%	2.152,35	1%	-61%	835,31	1%	-77%	192,04	0%	-	100%	-	0%	0%	-	0%	0%
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	400,00	0%	4922%	20.086,00	14%	299%	80.077,00	54%	58%	126.265,70	86%	-1%	-	0%	0%
-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%	-	0%	0%

				✓	
30/11/13	AV	AH	31/12/13	Ref.	
61.667,99	42%	-21%	48.917,57	D1.1	
-	0%	0%	-	✓	
41.319,25	28%	1%	41.614,50	✓	
-	0%	0%	-	✓	
0,01	0%	0%	0,01	✓	
15.720,61	11%	4%	16.368,86	✓	
-	0%	0%	-	✓	
2.703,39	2%	-49%	1.367,40	✓	
-	0%	0%	-	✓	
124.965,70	85%	0%	124.985,44	D1.2	
-	0%	0%	-	a	

## CONCILIAÇÃO

- ✓ Conforme saldo apurado no Balanço Patrimonial em 31/12/2013.
- ✓ Saldo conciliado com extratos em 31/12/2013.

## REVISÃO ANALÍTICA

- a. Conta movimentou apenas um valor de aplicação onde houve o resgate no próprio mês, com rendimento de R\$ 0,88.

- D1.1 Demonstração de diferença entre saldo contábil e extrato de aplicações.
- D1.2 Demonstração de diferença entre saldo contábil e extrato de aplicações.
- D1.2 A oscilação entre julho e outubro refere-se a aplicação dos recebimentos do MCDia Feliz que ocorre em agosto de todo ano.

## Cédula D1.1:

**Cliente:** Empresa ABC  
**Área:** INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS  
 Composição da conta RDC Longo CDI  
**Assunto:** 26099-1

Número da aplicação	Saldo disponível em 31/12/2013	REF.	Saldo apurado no Balanço	Diferença
2	15.184,39			
4	1.364,28			
5	15,03			
6	144,92			
7	97,06			
8	15.047,84			
9	1.473,08			
10	4.681,90			
11	1.233,30			
12	562,67			
13	252,02			
14	277,15			
15	532,40			
16	2.646,02			
17	48,31			
18	3.031,50			
19	631,57			
20	2.453,19			
21	1.139,86			
	<b>50.816,49</b>	<b>(a)</b>	<b>48.917,57</b>	<b>1.898,92</b>

## REVISÃO ANALÍTICA

- Ⓐ Saldo de aplicações contido no extrato da conta corrente emitido em 23/04/2014.
- ✓ Saldos de aplicações extraídos de "extratos de apropriação diária" do banco Sicoob.

- ✂ Número da aplicação extraído de "extratos de apropriação diária" do banco Sicoob.
- ⓘ Imaterial para maiores análises.

## Cédula D1.2:

**Cliente:** Empresa ABC  
**Área:** INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS  
 Composição da conta de aplicação Sicoob - RDC Longo CDI 33050-  
**Assunto:** 7 2013

Tipo de movimentação	Data da movimentação	Saldo disponível em 31/12/2013	REF.	Saldo do extrato em 31/12/2013	REF.	Diferença	REF.
aplicação financeira	05/07/2013	400,00	✓				
aplicação financeira	19/08/2013	19.686,00	✓				
aplicação financeira	06/09/2013	46.127,00	✓				
aplicação financeira	12/09/2013	13.864,00	✓				
aplicação financeira	14/10/2013	27.688,00	✓				
aplicação financeira	30/10/2013	18.500,70	✓				
resgate de aplicação	13/11/2013	(1.300,00)	✓				
capitalização de correção monetária	13/11/2013	25,47	✓				
retenção de IRRF	13/11/2013	(5,73)	✓				
<b>TOTAL</b>		<b>124.985,44</b>	Ⓐ	<b>127.277,91</b>	✗	<b>- 2.292,47</b>	Ⓛ

## REVISÃO ANALÍTICA

- Ⓐ Saldo de aplicações contido no "relatório de lançamentos por conta corrente" do banco Sicoob emitido em 30/04/2014.
- ✓ Movimentações, datas e tipos de aplicações extraídos do "relatório de lançamentos por conta corrente" do banco Sicoob emitido em 30/04/2014.
- ✗ Saldo de aplicações contido no "extrato de conta corrente" do banco Sicoob emitido em 23/04/2014.
- Ⓛ Imaterial para maiores análises.



### 3.5. RELATÓRIO

À

**Empresa ABC**

Maringá- PR

Atenção: **Sra. Marta Regina Kayser**

Referência: **Relatório de Auditoria**

Prezados senhores:

Apresentamos a seguir nosso relatório para a data base de 31 de dezembro de 2013, o qual apresenta o resultado dos nossos estudos sobre os principais controles internos da **EMPRESA ABC**, verificando sua aderência aos registros contábeis e a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Objetivando facilitar o entendimento, o relatório está dividido conforme segue:

- I - Considerações Iniciais;
- II - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado;
- III - Composição e natureza dos saldos, assim como respectivas incorreções detectadas e correspondentes sugestões para aprimoramento dos procedimentos, dos controles internos e dos registros contábeis; e
- IV - Comentários Finais.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a atenção e a cortesia dos funcionários com quem mantivemos contato e permanecemos a inteira disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Renan da Silva Trintin

CRC/PR 066401/O-4

## **I Considerações Iniciais**

Nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos controles internos e dos procedimentos contábeis, considerando seus reflexos na apresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013.

Para fundamentar os trabalhos de uma revisão das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver trabalhos em conformidade com os dispositivos das NBCs TAs Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nossos exames procuraram abranger o maior grau possível de detalhe. No entanto, destacamos que os trabalhos de auditoria são realizados em base de amostragem, razão pela qual não devem ser considerados como garantia de detecção de eventuais fraudes ou desvios, assim como não podem ser considerados como garantia de que todas as falhas de controles internos foram devidamente identificadas, o que uma análise mais focada e abrangente poderia revelar.

**II Demonstrações Contábeis**

EMPRESA ABC  
 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

## ATIVO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Circulante</b>		
Caixa e Bancos	117.971,50	21.727,24
Aplicações Financeiras	233.253,78	142.897,54
Adiantamento a Funcionários	3.567,50	3.691,32
Estoques	25.139,36	12.677,84
Adiantamento a Fornecedores	1.700,00	-
Impostos a Recuperar	23,36	1.131,64
Outros créditos	4.000,00	20.223,97
Contas de Compensação	24.849,69	49.971,00
	<u><b>410.505,19</b></u>	<u><b>252.320,55</b></u>
<b>Não Circulante</b>		
Diferido	4.311,26	4.311,26
Imobilizado	510.798,98	566.776,22
	<u><b>515.110,24</b></u>	<u><b>571.087,48</b></u>
<b>Total do Ativo</b>	<u><u><b>925.615,43</b></u></u>	<u><u><b>823.408,03</b></u></u>

**EMPRESA ABC**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO**

**PASSIVO**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	2.655,10	-
Empréstimos e Financiamentos	-	87,03
Cheques a Compensar	-	1.795,57
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.875,51	55.832,32
Obrigações Fiscais	958,16	-
Projetos a Aplicar	239.055,82	170.679,82
Forever Living - Termo de Parceria	4.000,00	-
Conta de Compensação	24.849,69	49.971,00
	<u><b>287.394,28</b></u>	<u><b>278.365,74</b></u>
<b>Patrimônio Social</b>		
Patrimônio Social	545.042,29	545.042,29
Reservas de Capital	(23.531,46)	-
Superavit Acumulados	116.710,32	-
	<u><b>638.221,15</b></u>	<u><b>545.042,29</b></u>
<b>Total do Passivo</b>	<u><u><b>925.615,43</b></u></u>	<u><u><b>823.408,03</b></u></u>

EMPRESA ABC  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

RESULTADO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>737.096,63</b>	<b>713.438,62</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(127.507,02)</b>	-
Abatimentos e devoluções	(127.507,02)	-
	<u><b>(127.507,02)</b></u>	<u>-</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>609.589,61</b>	<b>713.438,62</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<u><b>(35.998,47)</b></u>	<u><b>(473.673,46)</b></u>
<b>Resultado Bruto</b>	<b>573.591,14</b>	<b>239.765,16</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Despesas Comerciais	(107.384,03)	(174.083,87)
Despesas Administrativas	(164.396,52)	(83.753,03)
Outras Receitas e Despesas	(193.760,21)	(1.754,25)
Receitas Não Operacionais	94.405,10	84.234,05
Despesas Não Operacionais	(92.347,16)	(84.234,05)
	<u><b>(463.482,82)</b></u>	<u><b>(259.591,15)</b></u>
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>110.108,32</b>	<b>(19.825,99)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>8.673,40</b>	<b>34,40</b>
Rendimentos Financeiros	8.350,87	28,48
Descontos Obtidos	322,53	5,92
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(2.071,40)</b>	<b>(6.134,97)</b>
Despesas Financeiras	(2.071,40)	(6.134,97)
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>116.710,32</b>	<b>(25.926,56)</b>

### III Composição dos saldos, pontos detectados e sugestões para aprimoramento

#### 1. ATIVO

##### 1.1 Caixa e Bancos

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>2013</u>
1.1.01.01.001	CAIXA	8.769,96
1.1.01.02.001	BANCOS C/MOVIMENTO	109.201,54
		<b>117.971,50</b>

#### CAIXA

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/13</u>
1.1.01.01.001.0001	Caixa	8.769,96
	<b>Total</b>	<b>8.769,96</b>

A conta Caixa deve representar recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da empresa e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Constatamos após análise na movimentação da conta caixa que existem valores de cheques emitidos para pagamentos de obrigações diversas e recebimentos de cartões de crédito e débito.

Como exemplo, citamos:

<u>Data</u>	<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
03/01/2013	Depósito Bancário CEF 1132-7 - Cartao Visa	30,82 C
08/01/2013	Emissão Cheque nº 683	446,08 D
18/02/2013	Depósito Bancário CEF 1132-7 Visa	4,82 C
11/03/2013	Emissão Cheque nº 32 - CEF 3282-0	200,00 D
29/05/2013	Emissão Cheque nº 850187 - BB 61540-4	312,24 D
29/07/2013	Depósito Bancário CEF 1132-7 Cred Elect	34,14 C
06/08/2013	Emissão Cheque nº 046 - Sicoob 26099 - 1	684,22 D

03/10/2013	Depósito Bancário CEF 1132-7 Visa	54,83 C
08/11/2013	Emissão Cheque nº 751 - Sicoob 61918-3	3.510,26 D
19/12/2013	Vlr.depósito Cielo bco.cef 1132-7	34,67 C

Desta forma, o montante consignado na conta Caixa não representa o valor em dinheiro disponível para livre movimentação da Entidade, conforme relatado pela Gerente Executiva em reunião no dia 1º. de setembro de 2014, na sede da Empresa ABC em Maringá – PR.

O correto é registrar nesta conta apenas o dinheiro em espécie transitado pela mesma. Os valores recebidos com transações que envolvem cartões de crédito e débito devem ser classificados em grupo de “Contas a Receber” em subcontas das respectivas administradoras de cartões de crédito, assim como a correta evidenciação das tarifas cobradas pelas mesmas em despesas com vendas, diretamente no resultado.

Os cheques emitidos e ainda não compensados, também não devem transitar pelo caixa, e devem ser contabilizados diretamente na conta da respectiva obrigação/despesa.

- ✓ Registrar na conta Caixa apenas os movimentos financeiros em espécie

Até o encerramento do exercício de 2013, a Entidade não possuía controle sobre a natureza das operações que transitavam pela conta Caixa, registrando transações geradas por cheques e cartões de débito e crédito.

Recomendamos que a Entidade analise os registros das operações da conta Caixa, através de boletins de caixa, livro caixa ou sistema informatizado que demonstre apenas a movimentação financeira.

- ✓ Implementar controles separados para cada caixa da Entidade

A Entidade possui as seguintes unidades geradoras de receitas: bazar de usados, loja de artesanato, loja em shopping, telemarketing e doações voluntárias na própria sede. Segundo a Gerente Executiva, o caixa é fechado e consolidado diária ou semanalmente na sede da Empresa ABC, sem discriminar a origem dos recursos (de qual unidade são provenientes os valores).

Recomendamos que cada caixa seja analisado e fechado separadamente, visando maior detalhamento e controle sobre a movimentação financeira global da Entidade.

✓ Implementar “Termo de Responsabilidade” para funcionários que manuseiam numerários.

Visando um melhor controle, segurança e definição de responsabilidade pelos valores movimentados pelo caixa, recomendamos que seja elaborado um modelo de “Termo de Responsabilidade” para cada funcionário responsável pelo manuseio dos numerários, onde deve estar consignado o valor disponibilizado e a data de validade do referido termo. O referido “Termo de Responsabilidade” deverá ser assinado pelo responsável do caixa e arquivado na ficha funcional do empregado.

#### **BANCOS C/ MOVIMENTO**

<b>Conta contábil</b>	<b>Conta corrente</b>	<b>Instituição</b>	<b>Saldo em 31/12/13</b>
1101020010001	167478-1	Banco do Brasil S/A	1.112,88
1101020010002	61540-4	Banco do Brasil S/A	-
1101020010003	1132-7	Caixa Econômica Federal	50.743,58
1101020010004	2535-2	Caixa Econômica Federal	-
1101020010006	2865-3	Caixa Econômica Federal	12,53
1101020010007	3282-0	Caixa Econômica Federal	-
1101020010008	2976-5	Caixa Econômica Federal	-
1101020010010	61918-3	Banco Sicoob	5.076,62
1101020010011	110396	Banco Sicoob	2.611,73
1101020010012	26099-1	Banco Sicoob	114,72
1101020010014	30676-2	Banco Sicoob	-
1101020010015	14655-2	Banco Sicoob	0,09
1101020010016	33050-7	Banco Sicoob	5.390,39
1101020010017	37504-7	Banco Sicoob	44.139,00
<b>Total</b>			<b>109.201,54</b>



Confrontamos os extratos bancários com os saldos contábeis na data base e verificamos a existências de pendências de conciliação a longa data, sem encontrar divergências significativas.

✓ Classificar saldos negativos de contas correntes no grupo de “Empréstimos e Financiamentos”.

Contas bancárias com saldos negativos não devem ser demonstradas como redução dos demais saldos bancários, no Ativo. Como se tratam de recursos disponibilizados pela Instituição financeira, os saldos devem ser entendidos como empréstimos, sendo classificados no Passivo Circulante.

Identificamos que durante alguns períodos em 2013, existiam saldos negativos no final dos meses, que deveriam ser classificados para o grupo de Empréstimos e Financiamentos. Como exemplos, citamos:

<b>Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo Negativo</b>	<b>Período</b>
1.1.01.02.001.0002	Banco do Brasil c/c 61540-4 Subvenção	(2.118,15)	30/11/2013
1.1.01.02.001.0007	Caixa Econ. Federal -c/c3282-0 Mc Dia Feliz 2011	(164,37)	28/02/2013
1.1.01.02.001.0014	Banco Sicoob -c/c 30676-2	(123,46)	30/04/2013
		(252,06)	31/05/2013
		(24,51)	30/06/2013
		(3,51)	31/08/2013
		(0,13)	30/09/2013

(\*) Valor negativo da Conta do Banco do Brasil c/c 61540-4 Subvenção, refere-se ao cheque 850219 pago para a funcionária Érica Vasconcelos, referente a férias, onde o mesmo só foi compensado em 19/12/2013.

Apenas para reforçar o conceito, lembramos que o Ativo registra os bens e direitos da empresa, devendo as obrigações ser classificados no Passivo.

✓ Avaliar a possibilidade de encerramento de contas correntes sem movimentação ou inativas

Identificamos que as contas correntes abaixo relacionadas, não apresentaram saldos no final do ano de 2013 e que não foram encerradas:

- CEF nº. 3282-0 - Mc Dia Feliz 2011,
- CEF nº. 2976-5 - Câmara Municipal e
- Sicoob nº. 30676-2,

Contas sem o devido encerramento, podem gerar cobranças de tarifas ou facilitar ocorrência de fraudes ou erros, intencionais ou não. Portanto, sugerimos que contas correntes sem movimento a longa data e sem previsão de uso futuro, sejam encerradas, assim como, sejam formalizados e arquivados os respectivos termos de encerramento das contas.

## 1.2 Aplicações Financeiras

Conta contábil	Tipo	Instituição	Saldo em 31/12/13
1113010010001	RDC Longo CDI	Banco Sicoob	48.917,57
1113010010002	RDC Longo CDI	Banco Sicoob	-
1113010010003	Fundo Renda Fixa	Caixa Econômica Federal	41.614,50
1113010010004	Fundo Renda Fixa	Caixa Econômica Federal	-
1113010010005	Fundo Renda Fixa	Caixa Econômica Federal	0,01
1113010010006	Fundo Renda Fixa	Caixa Econômica Federal	16.368,86
1113010010007	Fundo Renda Fixa	Caixa Econômica Federal	-
1113010010008	Fundo Renda Fixa	Banco do Brasil S/A	1.367,40
1113010010009	RDC Longo CDI	Banco Sicoob	-
1113010010010	RDC Longo CDI	Banco Sicoob	124.985,44
1113010010011	RDC Longo CDI	Banco Sicoob	-
<b>Total</b>			<b>233.253,78</b>

Confrontamos os extratos das aplicações na data base com o saldo contábil sem encontrar divergências significativas.

- ✓ Reclassificar as aplicações financeiras para o grupo Disponível

Identificamos que o grupo de aplicações financeiras está classificado em grupo específico, fora do grupo Disponível. Destacamos que as características das aplicações financeiras da Empresa ABC permitem o resgate imediato dos montantes, motivo pelo qual devem ser classificadas naquele grupo. Recomendamos a reclassificação para o subgrupo do Disponível.

## **VI Comentários Finais**

Conforme foi observado ao longo deste relatório, existem deficiências de controles internos da EMPRESA ABC, assim como alguns procedimentos e critérios de contabilização adotados para os eventos estão em desacordo no que se refere ao atendimento dos princípios ou postulados contábeis.

Esses procedimentos e critérios afetam substancialmente a apresentação das Demonstrações Contábeis, sendo que as análises econômico-financeiras extraídas poderão estar comprometidas.

Entendemos que muitas divergências apontadas poderiam ser minimizadas, ou até mesmo suprimidas, caso a administração interagisse de forma mais direta com o escritório contábil, pois, conforme pudemos observar, não há procedimentos de confronto de informações para certificação da fidedignidade dos dados. O escritório contábil, na sua necessidade maior de registrar os fatos com o maior grau de precisão possível deve instruir e cobrar os controles necessários da administração da Entidade.

Devemos também mencionar a necessidade da reestruturação do plano de contas. A atual estrutura contábil possui níveis de detalhamento desnecessários que na maioria das vezes pode prejudicar o entendimento dos usuários.

Com isso, sugerimos de forma geral uma maior integração entre a administração da Entidade e o escritório de contabilidade, para que sejam implementados controles internos suficientes para dar suporte à informação contábil e aproxima-la da realidade da Entidade.

Renan da Silva Trintin  
Contador  
CRC/PR 066401/O-4

### 3.7. PARECER

Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa ABC levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, especificamente no que tange ao grupo de Disponibilidades, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as afirmações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A entidade não possui controles suficientes para a validação do saldo da conta caixa e reconhece que o valor registrado em 31/12/2013 não representa o real valor que a entidade possuía em moeda e também não possui documentado os montantes que não ficam no caixa principal da entidade, bem como seus respectivos responsáveis.

Em nossa opinião, devido ao fato comentado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras, quanto ao que tange o grupo de Disponibilidades, não

representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa ABC em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Renan da Silva Trintin  
Contador  
CRC/PR 066401/O-4

#### 4. CONCLUSÃO

Dada a realização do trabalho, com o objetivo da execução de auditoria contábil para confirmação do saldo de Disponibilidades da Empresa ABC, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, levantado o referencial teórico, que serviu como base para a execução do trabalho e a realização da auditoria propriamente dita, podemos concluir que existem algumas deficiências nos controles referentes às contas da área de Disponibilidades.

Durante a realização dos trabalhos de auditoria podemos observar que a Empresa ABC possui fragilidades em seus controles internos e na comunicação entre a administração e o escritório responsável pela escrituração contábil.

Identificamos movimentos que transitaram pela conta “Caixa” que não são desembolso ou recebimento de valores em espécie, o que pode distorcer a análise do fluxo de recursos movimentados em dinheiro pela empresa. Apontamos, ainda, contas bancárias sem movimentação e sem os devidos termos de encerramento, o que pode vir a gerar cobranças futuras por parte do banco.

Quanto ao escritório de contabilidade, levantamos que não havia uma comunicação com a administração da Empresa ABC para a confirmação da movimentação contabilizada com os controles internos da mesma, o que não garante que as informações contábeis foram registradas por completo.

Sugerimos que a empresa implemente e mantenha as sugestões citadas no decorrer do relatório apresentado, visando a melhoria da eficácia de seus controles internos, bem como continuar realizando auditorias contábeis nos próximos anos. Devem melhorar o fluxo das informações que são disponibilizadas para o escritório de contabilidade a fim de que estas venham representar adequadamente a situação financeira e patrimonial da empresa.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COOK, John W.; WINKLE, Gary M. **Auditoria: filosofia e técnica**. São Paulo: Saraiva, 1983.

PEREZ JUNIOR, José H. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2012.